

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

CRIME CONTRA O SIST FINANC NACIONAL

INQUÉRITO POLICIAL — EMISSÃO DE CHEQUE SEM FUNDOS - ART. 171/CP

EMENTA

ILMO. SR. DR. DELEGADO DO ...º DISTRITO POLICIAL DA COMARCA DE -
....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º, com
sede na Rodovia BR-..., n.º,, por seus advogados infra-assinados (mandato
incluso), vem à presença de V. Sa. REPRESENTAR contra os Sr., brasileiro, agricultor,
casado, RG ignorado, inscrito no CNPF/MF sob n.º, residente na, em
...../....., pelas seguintes razões de fato e de direito: 1. A ora peticionária, no exercício de suas
funções no ramo de comércio de, recebeu a visita do Representado em seu
estabelecimento, demonstrando interesse na compra de alguns produtos para uso em sua, o
que realmente veio a se concretizar. 2. Diante da compra efetuada, o Representado emitiu em favor da
peticionária algumas notas promissórias, as quais não foram quitadas na data aprazada. Quando da
eminência da execução de tais títulos, o Representado procurou pela peticionária a fim de renegociar a
dívida, dando então em pagamento o cheque n.º, da ag. do Banco, no
valor de R\$, além de outros mais. 3. Sucede, que após o depósito do mencionado
cheque, a Representante foi surpreendida com a devolução do mesmo pela alínea 21, ou seja, "SUSTADO".
4. Diante desta situação, percebe-se claramente que o Representado incorreu no crime previsto no Art. 171,
parágrafo 2º, inc. VI do Código Penal Brasileiro, que assim reza: "Obter, para si ou para outrem, vantagem
ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém a erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro
meio fraudulento: Pena: reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa. ... Parágrafo 2º: Nas mesmas penas
incorre quem: ... VI- emite cheque, sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado, ou lhe frustra o
pagamento". 5. Pelo todo exposto, serve a presente REPRESENTAÇÃO para requerer se digne V. Sa. a
instaurar o competente inquérito policial, a fim de apurar os fatos aqui narrados, e, futuramente, ver proposta
a competente ação penal. N. Termos, P. Deferimento. de de
Advogado ...